

Aumento médio do IPTU ficará em torno de 5%

A oposição é contra, mas o governo não deverá ter problemas para aprovar o projeto de lei que atualiza os valores dos imóveis do DF para efeito de cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para o exercício de 2002. O acréscimo deverá ficar, em média, em 5% e não ultrapassará 9,2%.

Pelo projeto, a base de cálculo para atualização dos imóveis não poderá ser maior que o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas para o período de dezembro de 2000 a novembro de 2001. A Secretaria da Fazenda trabalha com uma projeção de 9,2% para o IGP-DI, que deverá ser o teto máximo do acréscimo.

"A questão é que alguns imóveis podem até não ter tido valorização no período e, por isso, o IPTU permanecerá o mesmo deste ano", adianta o secretário da Fazenda, Valdivino de Oliveira, que espera um incremen-

to de R\$ 10 milhões na arrecadação do imposto.

Segundo ele, não há motivo para a população se preocupar. "Não estamos aumentando impostos. Ao contrário, estamos até diminuindo alguns", diz ele, se referindo ao projeto de lei em análise na Câmara Legislativa, que propõe a redução do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de 4% para 3% para os veículos importados.

Na Câmara Legislativa, os parlamentares da oposição, como adianta o deputado Paulo Tadeu (PT), deverão votar contra o aumento do IPTU. Mas ele mesmo admite que, se não houver uma pressão da sociedade, o governo não terá dificuldades em aprovar o projeto, já que tem uma base com 16 parlamentares e pre-

cisar de apenas 13 votos.

O presidente da Casa, deputado Gim Argello (PMDB), pretende votar a proposta em, no máximo, um mês, apesar de ter prazo até 31 de dezembro. Antes de chegar a plenário, o projeto será analisado nas Comissões de Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça.

O líder do governo na Câmara, deputado Edmar Pirineus, adianta que antes de ser votado o projeto deverá ser motivo de um grande

debate com a sociedade. "O secretário da Fazenda comparece todos os anos para discutir o assunto com parlamentares e comunidade. Este ano não será diferente".

Para Pirineus, o projeto tem sido mal interpretado. "Já chegaram a falar em 10%

de aumento e isso não é verdade. A média será de 5%", reclama.

Para o deputado Alírio Neto (PPS), entretanto, a proposta é equivocada. Segundo ele, seja de quanto for, o acréscimo vai punir a população, principalmente o funcionalismo público, que não tem aumento há sete anos.

No Conselho Comunitário da Asa Sul, que reúne os prefeitos de quadra, o assunto seria debatido ontem à noite. Mas a própria presidente do conselho, Heliete Ribeiro Bastos, admite que só pensou em discutir o IPTU após ser procurada pelo **Jornal de Brasília**. "De qualquer forma, acho que todo reajuste, na atual conjuntura, é um terror", adianta.

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte, Emília Honorina Fernandes Ferreira, também não vê o reajuste com bons olhos, mas ainda não provocou qualquer discussão ou mobilização contra o aumento.

**Imóveis que não
sofrerem valorização
no período deverão
permanecer com o
mesmo valor
cobrado este ano**